

## A UNIVERSIDADE NO BRASIL

Geraldo Inácio Filho \*

A universidade brasileira não é uma entidade abstrata e isolada que existe descolada da realidade, mas está inserida num contexto que é o das universidades do mundo ocidental. Por isso, antes de tratarmos de suas peculiaridades faz-se necessária uma pequena retrospectiva histórica da instituição universidade no ocidente.

Na Antiguidade o ensino superior era ministrado pelos filósofos gregos. Mas era ensino de elite, de homem para homem, não havia classes, não havia comunidade de mestres e estudantes. Além de Atenas, podemos citar o Museu da Alexandria e Pérgamo, onde ocorriam cursos dignos de nota.

As organizações precursoras da universidade surgiram nos primórdios do cristianismo e limitavam-se ao ensino da gramática no nível primário e da retórica no secundário. Era um sistema de ensino mais evoluído que os de Atenas e Pérgamo e marca o início da presença da Igreja no ensino.

Vários imperadores tentaram estabelecer cursos mais ou menos organizados. Como exemplos podemos citar Adriano, Justiniano e Constantino Porfirogeneta. Em vários lugares como Bordéus, Gália, Narbona, Toulouse e Bizâncio foram tentadas escolas notáveis, mas nenhuma segundo a concep-

ção atual ou sequer medieval de universidade, apesar de Gregório de Tours, no século VI, ter tentado organizar um curso, sob a forma duma comunidade de estudantes e professores.<sup>1</sup>

Muitas escolas inglesas nasceram nas sacristias, junto das catedrais, dos conventos e eram escolas destinadas à formação de eclesiásticos e também para leigos. São as de Lidisfarme, Wearmouth e York. No continente o mesmo fenômeno repete-se em Bec, Corbies, Fleury, Fulda e S. Gall.

A universidade atual teve sua origem nas escolas medievais conhecidas como *studia generalia* que eram instituições de ensino criadas para monges e sacerdotes aprofundarem a educação que recebiam nas escolas religiosas; freqüentavam-nas estudantes de toda a Europa e estes, depois de formados, estavam habilitados a exercer o magistério em qualquer lugar. A palavra universidade refere-se a coisa tipicamente medieval e tinha o sentido de comunidade, corporação de professores e alunos: *Universitas magistrorum et scholarium*.

A primeira universidade digna do nome surgiu em Salerno, próximo de Nápoles, na primeira metade do século XI. Era uma escola de medicina onde se estudavam textos árabes que eram

\* Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia.

1. Eurípedes Simões de Paula, As universidades medievais, In: Shozo MOTOYAMA (org.), História da ciência, p. 86-96.

traduzidos para o latim ou grego. Havia aí beneditinos e leigos. Ensinava-se, ao lado da medicina árabe, a medicina grega de Galeno.

Depois da universidade de Salerno são fundadas as universidades de Bolonha (1.088), Parma (1.100), Paris (1.120), Oxford (1.130). No século seguinte surgem universidades em Pádua (1.222), Nápoles (1.224), Toulouse (1.229), Montpellier (1.288).

A Universidade nasce sob os auspícios da Igreja. Até o ano de 1.400, das 44 universidades existentes, 31 foram fundadas pela Igreja mediante bulas, principalmente depois de os dominicanos e franciscanos lançarem-se à cátedra e ao ensino. Esses monges deixaram de lado as traduções árabes da filosofia grega e começaram a buscar as fontes originais. Assim, foram travadas célebres disputas em torno de textos, o que teve grande repercussão na cultura medieval.

A propósito de disputas, o ensino era exclusivamente oral: as duas principais atividades eram a lectio (preleção) e a disputatio (debate entre mestres e alunos ou entre os próprios alunos). O magister fazia uma conferência, propunha um certo número de princípios (tesis) perante outros professores (oponentes). Nesse debate argüia-se e respondia-se.

A realza também protegeu a universidade. Luís XI, por exemplo, deu grande proteção à universidade de Paris reconhecendo-lhe e amparando-lhe as greves, o que acabou por levar a

Igreja a também reconhecê-las. O Papa Inocêncio IV reconheceu o direito de estudantes e mestres declararem-se em greve toda vez que fossem maltratados pelas autoridades civis e eclesiásticas.

Na segunda metade do século XIII dá-se o apogeu da Universidade medieval. A Summa Teológica de Santo Tomás de Aquino é composta neste período. Era uma Universidade Internacional. Havia o que na época denominavam-se nações de estudantes, grupos de estudantes oriundos de uma mesma região. Os professores, das mais variadas procedências, traziam a cultura de seu povo para que seus novos estudantes dela se aproveitassem.<sup>2</sup>

Uma grande injustiça com a universidade medieval é afirmar que nela não havia pesquisa. Dizer que não havia pesquisa como a conhecemos hoje é fato, mas na época o predomínio era para a pesquisa bibliográfica, como hoje o é para as pesquisas empíricas, sobretudo na indústria bélica, onde a tecnologia mais tem se desenvolvido. O que o futuro não dirá sobre isto?

A universidade de Oxford, na Inglaterra, foi erigida sob a égide de um bispado, e, como o bispo estivesse longe, ela adquiriu grande liberdade e autonomia. Aí o monge Robert Grossetête (franciscano) desenvolveu, além dos estudos filosóficos, as ciências naturais. Outro nome de Oxford foi Rogério Bacon (ensino da mecânica). E a universidade de Cambridge foi fundada

2. Eurípedes Simões de Paula, op. cit., p. 86-96.

pela secessão que se dá em Oxford, devido à luta de estudantes e professores contra autoridades civis.

É Kenneth Minogue quem nos alerta: "Por razões muito complicadas – algumas religiosas, outras culturais – herdamos dos filósofos iluministas um preconceito imbutido que visualiza, como de mal esboçada ignorância, o período de Carlos Magno a Carlos V"<sup>3</sup>. E mais adiante: uma outra razão óbvia pela qual as origens medievais das universidades não tem merecido grande respeito é que "os que não compreendem nem a natureza nem o valor das Universidades são inclinados a tratá-las como usinas tecnológicas; e a importância das universidades será julgada, conseqüentemente, nos termos de sua contribuição para a ciência e, particularmente, para a tecnologia"<sup>4</sup>.

Devido ao Renascimento, à intervenção dos Estados em velhas universidades e à criação de novas, ao aparecimento de métodos diferentes de ensino e pesquisa, à mudança do próprio espírito universitário, a própria guerra dos cem anos, a universidade medieval desaparece enquanto tal, para dar lugar a um novo tipo de Universidade.

Na Idade Média valorizava-se as Universidades devido ao seu afastamento do mundo e de seus esforços, mas agora os homens modernos objetavam que elas necessitavam de reforma por razões opostas: não contribuíam para o que era encarado como um esforço cooperativo: trabalhar pela

riqueza e pelo poder nacionais. Pois surge com os Estados burgueses a idéia moderna de nação e também de exército nacional, que tira os custos da guerra dos ombros dos senhores feudais para recair sobre todos nós.

Após a Revolução Francesa e por um período de aproximadamente cem anos, o ensino superior francês tornou-se um sistema de escolas superiores autárquicas, organizadas como um serviço público, assim como os demais graus de ensino. Com o objetivo de alcançar uma unificação política e cultural das províncias numa unidade coesa, a França Republicana, Napoleão implantou, entre 1806 e 1808, um monopólio educacional. E a nova universidade francesa contrapôs ao humanismo da Universidade Medieval "um novo humanismo fundado na ciência e comprometido com a problemática nacional, com a defesa dos direitos humanos, empenhado em absorver e difundir o novo saber científico e tecnológico em que se baseava a revolução industrial"<sup>5</sup>.

Já o ensino superior inglês pode ser esquematizado em forma piramidal, tendo no vértice Oxford e Cambridge, no corpo uma centena de subuniversidades e, na base, um milhar de instituições de terceiro nível. As duas mais importantes universidades inglesas foram originariamente instituições eclesíásticas cuja função era educar os filhos da nobreza para tratarem-se mutuamente com elegância e ao povo com

3. Kenneth Minogue, O conceito de universidade, p. 23.

4. Ibidem, p. 23.

5. Darcy Ribeiro, A universidade necessária, p. 52.

urbanidade e distância. Por isso, talvez, apenas em 1794, mais de um século após os *Principia Mathematica* de Newton, Cambridge adota a cátedra de investigação científica, o que viria dar uma dimensão nova ao saber e, em 1860 realizaram-se substanciais reformas em resposta aos reclamos da revolução industrial como ocorrera na França. Simultaneamente criaram-se as denominadas universidades utilitárias que recrutavam seus estudantes na classe média, preparando médicos, agrônomos, engenheiros e especialistas em comércio. Assim, a Inglaterra conseguiu formar cientistas e pensadores de alto nível, pela emulação com sábios alemães e um número grande de profissionais competentes e operários altamente qualificados.<sup>6</sup>

No século passado, na Alemanha, a universidade é reestruturada dentro de um projeto de superação do atraso desse país em relação à França e à Inglaterra, que haviam saído na frente, na corrida pela industrialização. Na Alemanha de então, a implantação da ciência na universidade precede à industrialização que, ao ocorrer, encontra "base de sustentação em núcleos de ensino superior capacitados para formar os tecnólogos e cientistas que permitiriam a criação duma química e duma metalurgia rapidamente desenvolvidas para competir com as antigas potências industriais".<sup>7</sup>

Desde a reestruturação da universidade germânica ciência e universidade caminham juntas e o exemplo foi

seguido pelos demais países com resultados no mínimo satisfatórios. A reforma alemã veio dar outro sentido à universidade.

Para Darcy Ribeiro "uma das funções mais elevadas da universidade é o cultivo do saber e o exercício da investigação científica e tecnológica". E, mais adiante, refere-se às funções que deveriam ter uma universidade, seja em países desenvolvidos ou subdesenvolvidos, a saber: "herdar e cultivar, fielmente, os padrões internacionais da ciência e da pesquisa, apropriando-se do patrimônio do saber humano; capacitar-se para aplicar tal saber ao conhecimento da sociedade nacional e à superação de seus problemas; crescer, conforme um plano, para formar seus próprios quadros docentes e de pesquisa e para preparar uma força de trabalho nacional de grandeza e de grau de qualificação indispensável ao progresso autônomo do país; atuais como motor de transformação que permita à sociedade nacional integrar-se à civilização emergente"<sup>8</sup>.

A universidade brasileira é muito jovem, tendo-se tornado realidade apenas no início deste século, enquanto as colônias espanholas possuíam seis universidades ao final do século da conquista e dezanove por ocasião da independência; a América inglesa possuía nove universidades quando tornou-se independente. Em 1940, em todo o Brasil havia apenas 21.235 estudantes universitários e formaram-se seis universidades por aglutinação de cursos.

6. *Ibidem*, p. 57-8.

7. *Ibidem*, p. 59-60.

8. *A universidade necessária*, p. 116 e 171.

Dez anos depois tínhamos 600 cursos, 15 universidades e apenas 37.548 estudantes universitários. Em 1960, com uma população de 70 milhões de vidas tínhamos apenas 100 mil estudantes matriculados em cursos universitários. O restante da América Latina tinha 150 universidades, 500 estabelecimentos de ensino superior autônomos e mais de 600 mil universitários.<sup>9</sup> O nosso atraso, com relação aos demais países da América, como se vê, é mais que evidente.

Durante o período colonial o que havia no Brasil, semelhante a curso universitário eram apenas o de teologia destinado aos clérigos e os cursos de artes também ministrados nos colégios das ordens religiosas.<sup>10</sup> Somente com a transferência da corte portuguesa e para atender às necessidades militares foram criadas a Academia de Marinha (1808) e a Academia Real Militar (1810); foram abertos cursos de agricultura (1812) e de química e mineralogia (1817).<sup>11</sup>

Com o advento da independência política, tenta-se dar ao país um sistema de educação nacional. Os projetos de instrução popular, segundo Elizabeth Xavier, são "amplamente discutidos, emendados e engavetados, porém, o projeto de criação da universidade foi discutido e aprovado pela efêmera Assembleia Constituinte Legislativa de

1823".<sup>12</sup> Contudo, apesar de aprovada com urgência, a criação da universidade brasileira só se tornará realidade um século depois.

Em 1826 o projeto de criação de uma universidade reaparece, por iniciativa do cônego Januário da Cunha Barbosa, mas a idéia de universidade seria novamente arquivada e "quando, no Império se discutiu a questão, essa discussão teve intenções centralizadoras".<sup>13</sup> A centralização, aliás, foi a principal característica do sistema de ensino imperial. A seleção de professores era efetuada mais segundo critérios políticos que profissionais. Valorizava-se mais o afilhado que o profissional competente. Era regida por lei, inclusive a bibliografia em que se deveriam basear os lentes para a redação de seus respectivos compêndios.<sup>14</sup>

A Escola de Minas de Ouro Preto constituiu notável exceção no panorama das escolas profissionais: organizada em 1875 por Henri Gorceix, daria ênfase à pesquisa e à criatividade e sua história seria marcada pela luta contra as tendências centralizadoras do Ministério do Império dos Negócios Interiores, a quem estava subordinada a educação.<sup>15</sup>

Apesar da última fala do trono retomar a idéia propondo a criação de uma universidade nas províncias do norte e outra nas do sul, tal projeto não seria efetivado, e a concepção de uni-

9. *Ibidem*, p. 88-91.

10. Luiz Antônio Cunha, *A universidade temporária*, p. 15.

11. Antônio Paim, *A UDF e a idéia de universidade*, p. 21.

12. *Poder Político e educação de elites*, p. 61.

13. Antônio Paim, *op. cit.*, p. 22.

14. Simon Schwartzman, *Formação da comunidade científica no Brasil*, p. 78.

15. *Ibidem*, p. 74.5.

versidade manter-se-ia vinculada à formação profissional, unicamente. Nessa época começa a entrar em cena uma corrente política e científica no Brasil: O positivismo. Raimundo Teixeira fixaria a posição do positivismo brasileiro contra a criação da universidade que, segundo ele, "não era requerida pela grandeza nacional". Afirmava que o governo brasileiro deveria renunciar ao estabelecimento de um sistema de educação porque só os positivistas seriam capazes de realizá-lo no momento oportuno.<sup>16</sup>

Conseguindo os positivistas influenciar a maioria dos componentes dos órgãos decisórios, a idéia de universidade é esquecida nos primeiros decênios republicanos, retornando apenas quando se inicia, nos anos vinte, uma reação ao positivismo, iniciada na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, por Otto de Alencar.<sup>17</sup>

A doutrina positivista concebe a ciência como algo a serviço da reforma social preconizada por Augusto Comte, onde o homem é puro mecanismo. A filosofia comteana seria a síntese das ciências. O positivismo ainda redundaria numa doutrina autoritária e defensora do status quo. As decisões no mundo idealizado por Comte seriam tomadas pelos "líderes capazes", num arremedo do que hoje se conhece como tecnocracia, ou sociedade tecnocrática. Para ele "a filosofia teológica e a filosofia metafísica nada mais dominam hoje

em dia senão o sistema do estudo social. Elas devem ser expulsas deste último reduto. Isto será feito, principalmente, pela interpretação básica do movimento social como necessariamente sujeito a leis físicas invariáveis".<sup>18</sup> A partir dessa premissa ministrou curso de astronomia popular com o objetivo de disseminar a idéia.

Comte era reacionário e elitista e isso pode ser verificado na sua pregação em prol da obediência irrestrita às autoridades. No processo de imposição da nova ordem positivista as forças armadas desenvolveriam a coerção até que a reeducação dos mais velhos e a educação dos jovens possibilitasse a anuência à ordem pela aceitação da ideologia dominante, dispensando, assim, a atividade repressiva.<sup>19</sup>

A República não alterou de modo significativo o panorama herdado do Império, no tocante à educação. De 1890 a 1920 o ensino secundário persiste destinado a selecionar e a preparar a "elite" do país, preparar os que pretendem realizar os estudos superiores visando profissões liberais, carreira política ou burocrática e, conseqüentemente, uma posição de prestígio social.<sup>20</sup> Mas, a República "criou uma ordem jurídica que, liberando antigos anseios federativos, propiciou iniciativas de criação de instituições de ensino superior em diversos estados. Em três deles surgiram universidades fora e à revelia do poder central, no Amazonas,

16. Antônio Paim, "Como se caracteriza a ascensão do positivismo", p. 262.

17. Simon Schwartzman, op. cit., p. 109-12.

18. Apud J. F. Régis de Moraes, "Positivismo, repressão e educação", p. 82.

19. *Ibidem*, p. 74-5.

20. Jorge Nagle, Educação e sociedade na primeira república, p. 147-8.

em São Paulo e no Paraná, embora tivessem existência curta, só vingando mais tarde".<sup>21</sup>

A Reforma Benjamin Constant (1890) tinha como princípios orientadores a liberdade e a laicidade do ensino e a gratuidade da escola primária. Mas a liberdade preconizada pelos positivistas dizia respeito à liberdade para o ensino da doutrina positivista e não a liberdade para todas as orientações.

A primeira associação positivista no Brasil foi criada em 01 de abril de 1876, como resultado da união de literatas e comteanos e, em 1888 a Igreja Positivista manifesta-se a favor de reformas efetuadas pela própria monarquia, implantando um regime ditatorial. Mas em carta a Joaquim Nabuco, Miguel Lemos escreveria que "apesar de estarmos certos do antagonismo que existe entre democracia e positivismo", acreditava que uma aliança com os republicanos teria interesse estratégico<sup>22</sup>, uma vez que a monarquia agonizava.

O republicanismo começou a receber um grande número de jovens egressos das escolas de direito, professores de matemática e ciências exatas, das escolas militares e sua influência na vida política e cultural brasileira seria crescente até o final da República Velha e mesmo depois dela, posto que Getúlio Vargas era discípulo político de Júlio de Castilhos, principal representante sulino do pensamento positivista, e elabora, com seus segui-

dores o denominado autoritarismo doutrinário, contemporâneo do autoritarismo instrumental, de Oliveira Viana e Alberto Torres.<sup>23</sup>

O autoritarismo doutrinário seria o fomentador do Estado Novo e sucumbiria com ele. O autoritarismo instrumental teria presença marcante depois da Segunda Guerra Mundial e talvez tenha influenciado Castelo Branco e Golbery. Foram doutrinas políticas autoritárias de inspiração positivista e onde a teoria da segurança nacional, formulada no National War College, entraria como tônico vitalizador.

Por sua vez o positivismo parece ter sido revitalizador da concepção pombalina de que seria possível uma moral e até uma política científicas<sup>24</sup>, bem como com a obstinada negação da necessidade de se instituir a universidade, uma vez que instituições isoladas de ensino superior cumpririam a função de cursos meramente profissionalizantes. Tanto para Pombal quanto para Comte não havia porque estimular a pesquisa desinteressada. Cabia agora, apenas colocar em prática os conhecimentos científicos.

Otto de Alencar, como já foi mencionado, viria quebrar a convicção positivista de ciência, acarretando uma derrota para aquela Escola. No que diz respeito à política, contudo, a concepção positivista não morreu.

A reação iniciada por Alencar produz seus frutos. Em 1916 é fundada

21. Luiz Antônio Cunha, op. cit., p. 177.

22. Apud Antônio Paim, "Como se caracteriza a ascensão do positivismo," p. 254.

23. Antônio Paim, "Como se caracteriza a ascensão do positivismo," p. 254-8.

24. Ibidem, p. 259.

a Academia Brasileira de Ciências que promove a vinda de Einstein ao Brasil em 1925. O autor da teoria da relatividade seria atacado por Licínio Cardoso (notório positivista), em artigo intitulado "A Relatividade imaginária". Só se levantaram vozes para combater Licínio, nem uma sequer para referendar-lhe as palavras.<sup>25</sup>

A Academia de Ciências, a partir de 1926 reivindica para o Brasil uma universidade onde tivesse lugar a ciência pura, sem vínculos imediatos com a aplicação. A Associação Brasileira de Educação promove conferências nacionais de educação onde o ponto alto é o debate acerca da universidade, onde, inclusive, se discute sua autonomia didática e administrativa.<sup>26</sup>

A Universidade do Rio de Janeiro foi criada a 7 de setembro de 1920. É possível que a razão de sua criação fosse receber academicamente o rei Alberto da Bélgica, outorgando-lhe o título de doutor honoris causa, posto que não haviam universidades no Brasil. Mas pouco depois seria dissolvida, voltando suas unidades a serem independentes. A criação da Universidade Federal de Minas Gerais obedeceu a técnica de organização por aglutinação, e isso se deu em outro 7 de setembro, no ano de 1927. A universidade do Rio Grande do Sul surgiu de forma diferente das de Minas e do Rio. Surgiu da diferenciação de uma única unidade, a Escola de Engenharia. Foi aí que se fez

pela primeira vez no Brasil pesquisa tecnológica dentro do ensino superior, afirma Luiz Antônio Cunha<sup>27</sup> - mas não devemos nos esquecer da Escola de Minas Gerais de Ouro Preto, cuja criação se deu em 1875.

A Revolução de 1930 guindaria ao poder o já referido Getúlio Vargas. Durante seu longo período de governo a valorização pretendida da Universidade não só não foi efetivada, como também tratou o seu governo de submeter as existentes a rígido controle do poder central. Observa-se uma falta de clareza da Revolução quanto aos objetivos educacionais. Mas entre os educadores não adormece a consciência tomada por ocasião das conferências nacionais, quanto à necessidade da organização da universidade.<sup>28</sup>

A convocação da Assembléia Constituinte trouxe novas esperanças de solução para o problema da instalação da universidade, mas a persistência em adotar um modelo cuja preocupação é com a formação técnico-profissional desilude o Conselho Universitário da Universidade do Distrito Federal, que chegara a propor medidas para efetivar a autonomia universitária.<sup>29</sup>

A lei 452 votada pelo Congresso concebe lugar para a pesquisa na universidade, admitindo, inclusive, a contratação de professores estrangeiros e o envio de professores, todo ano, para o exterior, mas o golpe que desembocou no Estado Novo, deixaria tudo co-

25. Simon Schwartzman, op. cit., p. 112.

26. Antônio Paim, A UDF e a idéia de universidade, p. 35-45.

27. Luiz Antônio Cunha, op. cit., p. 190-2.

28. Antônio Paim, A UDF e a idéia de universidade, p. 63-4.

29. Ibidem, p. 69-71.

mo estava, até 1939, quando o governo federal absorve a Universidade do Distrito Federal transformando-a em Faculdade Nacional de Filosofia.<sup>30</sup>

A fundação da Universidade de São Paulo foi antes de tudo um ato político. O estado havia perdido a hegemonia política em 1930. Em 1932 a tentativa de retomada foi frustrada. O que "Júlio de Mesquita, e em menor grau os outros, viam era a necessidade de reconquistar a hegemonia paulista"<sup>31</sup>

A base para a criação da universidade seria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras onde seria desenvolvida pesquisa em tempo integral ficando a aplicação para as escolas profissionais. A instituição seria autônoma dos pontos de vista administrativo e acadêmico e formaria a elite cultural dinâmica, capaz de assumir a liderança do país. Ao contrário do Estatuto de criação da Universidade do Rio de Janeiro, com 328 artigos, e do Estatuto da Universidade Brasileira (1931) com 116 artigos, o decreto de criação da Universidade de São Paulo tinha 54 artigos.<sup>32</sup>

Os professores seriam trazidos da Itália (matemática, estatística, geografia, física e paleontologia), Alemanha (zoologia, química, botânica), Inglaterra (psicologia, história natural) e França (sociologia, história, filosofia, etnologia e física).<sup>33</sup>

O modelo adotado pela USP recebeu influência francesa, inglesa e, em alguns casos, americana sem que hou-

vesse predomínio de qualquer deles. E a convivência de modelos de orientação diferente em uma mesma instituição foi uma das razões da pujança intelectual dessa universidade. E devido à qualidade de professores e alunos, aos recursos fornecidos pelo estado, e à autonomia dada à universidade em flagrante contraste com a centralização varguista, a USP tornou-se o estabelecimento de ensino e pesquisa mais importante do país.<sup>34</sup>

Após a Segunda Guerra Mundial foram feitas tentativas de inovação institucional: é criado o ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) no final dos anos 1940; a Universidade de Brasília, no início, os programas de engenharia na URJ em meados e a UNICAMP no final dos anos 1960. Essas instituições foram organizadas fora do sistema tradicional de ensino superior do país. Suas características: grande flexibilidade e menor atenção aos procedimentos formais da burocracia, atraíam para seus quadros jovens profissionais bem-dotados e dispostos a trabalhar em altos padrões internacionais, o que possibilitava aos seus estudantes uma experiência educacional de nível excepcional.

Com a deposição de Getúlio Vargas em 1945, inicia-se no Brasil o período político próximo do que denominamos Democracia, compreendido entre a primeira queda de Vargas e a deposição de João Goulart, período esse

30. *Ibidem*, p. 71-4.

31. Simon Schwartzman, *op. cit.*, p. 193-5.

32. *Ibidem*, p. 197-204.

33. *Ibidem*, p. 199.

34. *Ibidem*, p. 197-214.

marcado por várias tentativas de golpes, até que em 1964 tomam o poder militares com concepção política próxima do positivismo comteano, revezando-se os grupos de controle sobre o aparelho burocrático do Estado. Tais grupos digladiavam-se apesar de diferirem apenas quanto à intensidade de concentração de poder pelo executivo, mas imbuídos em prover o Brasil de um executivo com preponderância sobre os demais poderes da República.

Após o golpe de 1964 o novo governo constituído toma iniciativas para reformular o ensino. O ministro da Educação Suplicy de Lacerda deixava clara a vontade de disciplinar os estudantes ao afirmar que "os estudantes devem estudar e os professores ensinar (não fazer política)". E em 1965 é constituída uma comissão composta por cinco americanos e dois brasileiros, fruto do convênio MEC-USAID, para elaborar um projeto de reestruturação da Universidade Brasileira.<sup>35</sup>

Enquanto na Europa os debates, as críticas e reformulações que se seguiram à crise de 1968 foram assunto de todos, tendo os debates se prolongado por dois ou quatro anos, no caso brasileiro a reforma foi assunto de gabinete e a solução foi encontrada em sessenta dias. O descontentamento estudantil foi colocado como caso de polícia, uma ameaça à "segurança nacional", foi criado o "jubilamento" e promulgado o decreto-lei 477.<sup>36</sup>

A Reforma do Ensino dentro do governo militar acabou por cercar ainda mais as já precárias liberdades de ensino, a autonomia universitária e a constituição outorgada prevê a adoção do ensino pago de modo gradual,<sup>37</sup> o que, inevitavelmente traria nova elitização, ao invés de democratizar o ensino massificado.

Se a reforma do ensino superior possibilitou um aumento de matrículas da universidade (212% entre 1964 e 1968 e 300% entre 1968 e 1973), alterando os vestibulares e aumentando as vagas sem a contratação de professores capacitados, a qualidade do ensino foi muito aviltada, expandiram-se mais faculdades particulares, que acabaram destinadas a quem tem menos recursos financeiros, ficando as instituições públicas para aqueles que podem ter um ensino fundamental de melhor qualidade.<sup>38</sup>

A universidade brasileira, durante muitos anos manteve-se na linha de formação (ou linha de produção?) de mão-de-obra pura e simplesmente. Mão-de-obra acrítica, porque fora proibida a politização estudantil o que gerava, conseqüentemente, o descaso pela participação posterior, dando o aval involuntário às decisões do poder. Desta forma ela se tornou um lugar onde se tomava conhecimento do saber elaborado fora de seus muros consumindo-o e reproduzindo-o acriticamente. Assim, ela não criava e tornava-se estéril, don-

35. Bárbara Freitag, Escola, estado e sociedade, p. 81-2.

36. Ibidem, p. 83-6.

37. Constituição do Brasil, art. 176, § 3º, IV.

38. Bárbara Freitag, op. cit., p. 109-11.

de então estarmos às voltas com as velhas concepções de universidade vistas anteriormente. Destarte a universidade comprometia-se com o saber das classes dominantes, ficando excluída sua função de prestar serviços à comunidade, a menos que se considere comunidade nacional apenas a elite econômica. Nesse caso estaria caracterizada como instrumento a serviço da luta de classes. No dizer de Chauí "a universidade está estruturada de tal forma que sua função seja: dar a conhecer para que não se possa pensar. Adquirir e reproduzir para não criar. Consumir, em lugar de realizar o trabalho de reflexão".<sup>39</sup>

As instituições brasileiras, como partes integrantes que são de uma sociedade regida por uma legislação arbitrária e fruto de um obscurantismo político-cultural, são estruturadas autoritariamente.

A proposta de reforma gerencial da universidade brasileira apresentada pelo general Ludwig pressupunha que a crise do sistema universitário fosse causada pela malversação de recursos e que a solução viria com a adoção de uma visão empresarial dos dirigentes e professores universitários em geral. Enquanto isso as verbas da educação decresceram de 11 para 3% do orçamento da União (1983) apesar de haver crescido o número de instituições de ensino superior. A proposta do general revive o que foi proposto pelo professor

americano Rudolph Atcon, chefe da equipe gerada pelo convênio MEC-USAID, para reformular o ensino no Brasil. Atcon propõe que a política do ensino superior deveria ser da esfera pública para ser assumida por um conselho de reitores, entidade privada, com um mecanismo hábil e flexível, criado em moldes empresariais.<sup>40</sup>

No período 1946-1961 foram federalizadas 24 escolas superiores. Essas federalizações tinham como objetivo superar problemas de "falta de recursos para expansão de matrículas e/ou para tornar o ensino gratuito".<sup>41</sup> No período posterior a 1964 proliferaram os estabelecimentos isolados. "O crescimento de matrículas desses estabelecimentos foi de 938% entre 1960-1972 enquanto que o das universidades não superou os 440%. . . Foram as universidades privadas, dentre estas, as que se expandiram mais: suas matrículas cresceram 618% enquanto que as universidades públicas sofreram um incremento de 384%. . . Em 1960 os estabelecimentos isolados abrangiam 76,3% de estudantes; em 1970 essa proporção subiu para 78,8%. No conjunto de estabelecimentos isolados e universidades, o ensino superior público teve diminuída sua participação de 57,2% em 1960 para 49,0% em 1970".<sup>42</sup>

A universidade brasileira quase não desenvolve pesquisa pura, a maioria nem pesquisa aplicada e algumas

39. Marilena Chauí, Ventos do progresso: a universidade administrada, p. 46.

40. Luís S. Gomes de Souza, "Universidade brasileira, crescimento para quê e para quem?", p. 185-6.

41. Luiz Antônio Cunha, "Vestibular: a volta do pêndulo", p. 199.

42. Idem, "A expansão do ensino superior: causas e conseqüências", p. 30.

não desenvolvem pesquisa alguma. Afinal, para que desenvolvermos aqui se podemos comprar lá fora? Foi a partir de idéias como essa que assistimos à desnacionalização de nossa indústria, comprada por empresas multinacionais, uma vez que não poderiam concorrer com estas. Com isso a nossa dívida externa chega a limites intoleráveis, e a cultura nacional está sendo substituída por outra, também importada.

Como vimos até aqui predominou entre nós a concepção de universidade voltada para a profissionalização. E essa universidade, com exceção justamente das que se fizeram à margem do esquema dominante impondo sua autonomia, não levou em conta o binômio ensino-pesquisa e sua contribuição tem sido limitada ou discutível. É hora de rompermos com a inércia e de aspirarmos trabalhar com valentia e liberdade.

Foram justamente as universidades que permitiram o salutar debate livre que se tomaram grandes. As que investiram no macartismo acabaram por se tornar medíocres e sua contribuição não excedeu o limite da "ensinação". Se a ciência é um processo dinâmico e não estático, os métodos e técnicas como processos geradores de conhecimento não serão diferentes e as múltiplas facetas com que se pode encarar o "fato científico" possibilitarão o embate fecundo entre as correntes, o que só pode produzir o amadureci-

mento da comunidade acadêmica envolvida no processo.

A educação como "ciência social" deve ater-se sempre ao fato de que uma das funções da universidade é a formação profissional, mas apenas uma entre outras. Sua finalidade precípua é a formação do homem, do cidadão. Deve ela estar sempre voltada para os problemas da comunidade e lutar por melhores verbas e pelo seu reconhecimento como lugar de atividade criadora e de formação de massa crítica.

Como centro gerador de cultura a universidade deve investir no ensino e na pesquisa concomitantemente. E, tanto na pesquisa aplicada quanto na básica, tanto as ciências naturais quanto nas humanas, nas letras e nas artes, como para estar em conformidade com a lei 5.540 que, no seu parágrafo segundo afirma que o ensino é indissociável da pesquisa. Deve a universidade criar suas próprias linhas de pesquisa e desenvolvê-las em função da realidade social. Deve possibilitar também a emergência de variadas linhas de interpretação, sobretudo calcadas no objetivo de se obter maiores conhecimentos sobre o meio que a cerca, não excluindo a possibilidade de surgirem pesquisas de investigadores independentes que se sentiriam mais à vontade trabalhando temas que digam respeito à sua formação específica.

de então estarmos às voltas com as velhas concepções de universidade vistas anteriormente. Destarte a universidade comprometia-se com o saber das classes dominantes, ficando excluída sua função de prestar serviços à comunidade, a menos que se considere comunidade nacional apenas a elite econômica. Nesse caso estaria caracterizada como instrumento a serviço da luta de classes. No dizer de Chauí "a universidade está estruturada de tal forma que sua função seja: dar a conhecer para que não se possa pensar. Adquirir e reproduzir para não criar. Consumir, em lugar de realizar o trabalho de reflexão".<sup>39</sup>

As instituições brasileiras, como partes integrantes que são de uma sociedade regida por uma legislação arbitrária e fruto de um obscurantismo político-cultural, são estruturadas autoritariamente.

A proposta de reforma gerencial da universidade brasileira apresentada pelo general Ludwig pressupunha que a crise do sistema universitário fosse causada pela malversação de recursos e que a solução viria com a adoção de uma visão empresarial dos dirigentes e professores universitários em geral. Enquanto isso as verbas da educação decresceram de 11 para 3% do orçamento da União (1983) apesar de haver crescido o número de instituições de ensino superior. A proposta do general revive o que foi proposto pelo professor

americano Rudolph Atcon, chefe da equipe gerada pelo convênio MEC-USAID, para reformular o ensino no Brasil. Atcon propõe que a política do ensino superior deveria ser da esfera pública para ser assumida por um conselho de reitores, entidade privada, com um mecanismo hábil e flexível, criado em moldes empresariais.<sup>40</sup>

No período 1946-1961 foram federalizadas 24 escolas superiores. Essas federalizações tinham como objetivo superar problemas de "falta de recursos para expansão de matrículas e/ou para tornar o ensino gratuito".<sup>41</sup> No período posterior a 1964 proliferaram os estabelecimentos isolados. "O crescimento de matrículas desses estabelecimentos foi de 938% entre 1960-1972 enquanto que o das universidades não superou os 440%... Foram as universidades privadas, dentre estas, as que se expandiram mais: suas matrículas cresceram 618% enquanto que as universidades públicas sofreram um incremento de 384%... Em 1960 os estabelecimentos isolados abrangiam 76,3% de estudantes; em 1970 essa proporção subiu para 78,8%. No conjunto de estabelecimentos isolados e universidades, o ensino superior público teve diminuída sua participação de 57,2% em 1960 para 49,0% em 1970".<sup>42</sup>

A universidade brasileira quase não desenvolve pesquisa pura, a maioria nem pesquisa aplicada e algumas

39. Marilena Chauí, *Ventos do progresso: a universidade administrada*, p. 46.

40. Luís S. Gomes de Souza, "Universidade brasileira, crescimento para quê e para quem?", p. 185-6.

41. Luiz Antônio Cunha, "Vestibular: a volta do pêndulo", p. 199.

42. Idem, "A expansão do ensino superior: causas e conseqüências", p. 30.

não desenvolvem pesquisa alguma. Afinal, para que desenvolvermos aqui se podemos comprar lá fora? Foi a partir de idéias como essa que assistimos à desnacionalização de nossa indústria, comprada por empresas multinacionais, uma vez que não poderiam concorrer com estas. Com isso a nossa dívida externa chega a limites intoleráveis, e a cultura nacional está sendo substituída por outra, também importada.

Como vimos até aqui predominou entre nós a concepção de universidade voltada para a profissionalização. E essa universidade, com exceção justamente das que se fizeram à margem do esquema dominante impondo sua autonomia, não levou em conta o binômio ensino-pesquisa e sua contribuição tem sido limitada ou discutível. É hora de rompermos com a inércia e de aspirarmos trabalhar com valentia e liberdade.

Foram justamente as universidades que permitiram o salutar debate livre que se tornaram grandes. As que investiram no macartismo acabaram por se tornar medíocres e sua contribuição não excedeu o limite da "ensinação". Se a ciência é um processo dinâmico e não estático, os métodos e técnicas como processos geradores de conhecimento não serão diferentes e as múltiplas facetas com que se pode encarar o "fato científico" possibilitarão o embate fecundo entre as correntes, o que só pode produzir o amadureci-

mento da comunidade acadêmica envolvida no processo.

A educação como "ciência social" deve ater-se sempre ao fato de que uma das funções da universidade é a formação profissional, mas apenas uma entre outras. Sua finalidade precípua é a formação do homem, do cidadão. Deve ela estar sempre voltada para os problemas da comunidade e lutar por melhores verbas e pelo seu reconhecimento como lugar de atividade criadora e de formação de massa crítica.

Como centro gerador de cultura a universidade deve investir no ensino e na pesquisa concomitantemente. E, tanto na pesquisa aplicada quanto na básica, tanto as ciências naturais quanto nas humanas, nas letras e nas artes, como para estar em conformidade com a lei 5.540 que, no seu parágrafo segundo afirma que o ensino é indissociável da pesquisa. Deve a universidade criar suas próprias linhas de pesquisa e desenvolvê-las em função da realidade social. Deve possibilitar também a emergência de variadas linhas de interpretação, sobretudo calcadas no objetivo de se obter maiores conhecimentos sobre o meio que a cerca, não excluindo a possibilidade de surgirem pesquisas de investigadores independentes que se sentiriam mais à vontade trabalhando temas que digam respeito à sua formação específica.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BÁRBARA, Danúsia. Darcy Ribeiro fala sobre pós-graduação no Brasil. **Revista Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 19, Rio de Janeiro, jan. 1980. P. 73-9.
- BERGO, Antônio Carlos. O positivismo: caracteres e influências no Brasil. **Revista Reflexão**, n. 25, Campinas, jan-abr. 1983. P. 47-97.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Qual a função da universidade? **LEIA Ilvros**, n. 37, São Paulo, jul. 1981. P. 14-5.
- CERQUEIRA LEITE, Rogério César de. **A agonia da tecnologia nacional**. São Paulo, Duas Cidades, 1978. 168p.
- \_\_\_\_\_. **As sete pragas da universidade brasileira**. São Paulo, Duas Cidades, 1978. 149p.
- \_\_\_\_\_. **Tecnologia e desenvolvimento nacional**. 2ed., São Paulo, Duas Cidades, 1978. 97p.
- CHAUI, Marilena de Souza. Ventos do progresso: a universidade administrativa. In: PRADO JÚNIOR, Bento e outros. **Descaminhos da educação pós-68**. São Paulo, Brasiliense, 1980. P. 31-56.
- CUNHA, Luiz Antônio. Ensino e pesquisa: uma associação problemática. **Revista Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 16, Rio de Janeiro, out. 1979. P. 81-7.
- \_\_\_\_\_. A expansão do ensino superior: causas e conseqüências. **Revista Debate e Crítica**, n. 5, São Paulo, mar. 1975. P. 27-58.
- \_\_\_\_\_. **A universidade temporã; o ensino superior da colônia à era de Vargas**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. 295p.
- \_\_\_\_\_. Vestibular: a volta do pêndulo. **Revista Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 13, Rio de Janeiro, jul. 1979. P. 195-209.
- FERNANDES, Florestan. Universidade e desenvolvimento. In: HAMBURGER, Ernest. (coord.). **Ciência, tecnologia e desenvolvimento**. São Paulo, Brasiliense, 1971. P. 115-48.

- FREITAG, Bárbara. **Escola, estado e sociedade**. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979. 160p.
- GOERGEN, Pedro L.. Pesquisa em educação: sua função crítica. **Revista Educação e Sociedade**, n. 9, Campinas, mai-ago. 1981. P. 65-96.
- GOMES DE SOUZA, Luiz Alberto. Universidade brasileira: crescimento para quê e para quem? **Revista Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 13, Rio de Janeiro, jul. 1979. P. 175-93.
- GOUVEIA, Aparecida Joly. Ensino Superior: noções correntes. **Revista Debate e Crítica**. n. 5, mar. 1975. P. 143-5.
- HAMBURGER, Ernest. Para quê pós-graduação? **Revista Encontros com a Civilização Brasileira**, n. 19, Rio de Janeiro, jan. 1980. P. 81-92.
- JAPIASSU, Hilton Ferreira. **Nascimento e morte das ciências humanas**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978. 262p.
- LOPES, José Leite. **Ciência e libertação**. 2ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 244p.
- MACHADO DE SOUZA, Edson. Concurso vestibular: análise da experiência brasileira. **Revista de Educação Brasileira**, n. 1, Brasília, jan-abr. 1978. P. 69-107.
- MORAIS MOREL, Regina Lúcia de. **Ciência e estado; a política científica no Brasil**. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979. 162p.
- MOTA, Carlos Guilherme. Dilemas da produção científica no Brasil. **Cadernos do CEAS**, n. 64, Salvador, nov-dez. 1979. P. 31-4.
- NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na primeira república**. São Paulo. Rio de Janeiro, EPU-FENAME, 1970. 400p.
- PAIM, Antônio. Como se caracteriza a ascensão do positivismo. **Revista Brasileira de Filosofia**, n. 119, São Paulo, jul-set. 1980. P. 249-69.
- \_\_\_\_\_. **O estudo do pensamento filosófico brasileiro**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1979. 157p.

- \_\_\_\_\_. Indicadores do término do ciclo positivista. **Revista Brasileira da Filosofia**, n. 120, São Paulo, out-dez. 1980. P. 335-49.
- \_\_\_\_\_. **A UDF e a idéia de universidade**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1981. 144p.
- REGIS DE MORAIS, João Francisco. Positivismo, repressão e educação. **Revista Reflexão**, n. 19, Campinas, jan-abr. 1981. P. 79-90.
- RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 3ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 307p.
- SANTANNA, Vanya Mundin. **Ciência e sociedade no Brasil**. São Paulo, Símbolo, 1978. 148p.
- SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo-Rio de Janeiro, Nacional-FINEP, 1979. 481p.
- SIMÕES DE PAULA, Eurípedes. As universidades medievais. In: MOTOYAMA, Shozo (org.). **História da ciência**; perspectiva científica. São Paulo, Ed. Universidade de São Paulo, 1974. P. 85-95.
- SOARES DE MELLO, José Geraldo. Universidade e espírito científico. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 mar. 1980, Suplemento Cultural, n. 177, p. 6-8.
- WANDERLEI, Luiz Eduardo. **O que é universidade?** São Paulo, Brasiliense, 1983. 84p.
- XAVIER, Maria E.S.P.. **Poder político e educação de elites**. São Paulo, Cortez, 1981.